

REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL

Moção

Suspensão das Dragagens no Rio Sado

Para permitir o acesso a navios com 12 metros de calado, isto é, de maior porte, o Porto de Setúbal pretende efetuar um aprofundamento das cotas de serviço dos canais e bacia de rotação e realizar dragagens nos bancos de areia existentes no rio Sado. Porém, a localização destas dragagens, de grande intensidade e volume, encontra-se na imediação da reserva do Estuário do Sado (sítio Natura 2000) e do Parque Marinho Professor Luiz Saldanha.

Considerando que a área de intervenção prevista para as dragagens foi nomeada para integrar a Reserva do Estuário do Sado, aguardando-se ainda a sua aprovação, estas intervenções no leito do rio, se efetivadas, provocarão danos irreversíveis nos bancos de areia e nas comunidades residentes de ictiofauna e mamíferos marinhos.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, na fase da construção, os impactes “centram-se na navegação e operação das dragas”, sendo que o ruído subaquático produzido pelas embarcações, motores de sucção, deposição das dragas e a perturbação mecânica e turbidez na coluna de água originadas pela dragagem e deposição dos sedimentos em suspensão, encontram-se entre os impactos mais significativos para a conservação da natureza.

No que respeita aos biótopos aquáticos, são expectáveis impactos negativos nas pradarias marinhas, zonas de sapal e vasa adjacentes à área de implantação do projeto, como consequência do assentamento de sedimentos e o aumento da turbidez da água.

No que concerne aos invertebrados marinhos, será a comunidade bentónica a mais afetada devido à sucção, transporte e deposição dos dragados, sendo expectável elevadas taxas de mortalidade por asfixia, choque mecânico ou compactação. O EIA refere ainda que os cefalópodes apresentam danos fisiológicos permanentes devido à exposição permanente a ruído de baixa frequência, o que pode ser problemático para os golfinhos que se alimentam dos mesmos, e sendo as medidas de minimização para este impacto inexistentes.

Quanto à ictiofauna, a mortalidade significativa nas larvas e juvenis de peixes durante as operações da dragagem é expectável, de acordo com o EIA, que também explana que as espécies *Dasyatis pastinaca*, *Mustelus mustelus* e *Myliobatis aquila* que encontram estatuto vulnerável e *Raja clavata* (espécie ameaçada e em declínio na Convenção OSPAR) ocorrem na região, principalmente na zona de deposição na base do delta.

Os principais impactos negativos resultantes das operações de dragagem e movimentação das dragas nos mamíferos marinhos irão recair, em particular, na simbólica comunidade residente de roazes-corvineiros. O ruído subaquático consecutivo a estas operações produzirá alterações comportamentais de curto-prazo e alterações na disponibilidade de presas. Ainda é referido no EIA que a presença de três dragas por vários meses irá representar uma alteração ambiental significativa para estes mamíferos, sendo o estudo omissivo na quantificação do ruído que será gerado quer na fase da construção como na fase de exploração, pelo que não há um conhecimento real do impacto nas comunidades residentes do estuário do Sado.

Não obstante o parecer favorável por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), de acordo com o Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, não existem evidências de que os sedimentos que vão ser extraídos e depositados em área adjacente não estejam contaminados por poluentes provenientes das indústrias situadas a montante do rio, uma vez que a entidade que efetuou as análises não se encontra certificada pelas entidades competentes. Por outro lado, ainda é desconhecido o local para a deposição dos sedimentos retirados através das dragagens, dado que ainda se encontra em consulta pública.

Todas as consequências enunciadas acima têm levado vários partidos e grupos de cidadãos, como o SOS Sado, o Clube da Arrábida ou o Sado de Luto, a erguer a sua voz e a exigir esclarecimentos sobre o processo junto de diversas entidades, desde a APSS à Assembleia da República e até mesmo à Comissão Europeia, à qual o PAN apresentou uma queixa por considerar que a situação é “muito grave”, “colocando em causa um ecossistema com estatuto de proteção internacional, a fauna está em risco e a qualidade de vida das populações locais também”.

Na sequência da sessão de esclarecimento promovida nas instalações da APSS no passado dia 6 de Novembro, aos muitos argumentos de ordem ecológica, juntaram-se outros de ordem socioeconómica, relacionados com o impacto das dragagens nas atividades marítimo-turísticas e piscatórias, bem como sérias preocupações com a segurança do traçado previsto, expressas por alguns pilotos da barra da seguinte forma: “O problema é conseguir fazer manobrar um navio de grandes dimensões num espaço tão restrito. É como ter um camião TIR numa rua estreita da cidade. O canal está mal desenhado e as hipóteses de um navio encalhar são imensas”.

A tudo isto acresce que se vão gastar milhões num projeto que tem uma alternativa: a utilização do Porto Atlântico de Sines, que se encontra neste momento sobredimensionado para as cargas que recebe anualmente. A escolha do Porto Atlântico de Sines, situado a apenas a 70km por via terrestre, é a melhor opção para a região de Setúbal, sem que seja necessária qualquer intervenção adicional, dado que: tem capacidade para receber até 10 milhões de TEU/ano; não se situa numa zona protegida pela Diretiva Habitats e Aves, logo

não irá provocar danos irreversíveis a espécies protegidas; e não alterará a hidrodinâmica na zona, pelo que não provocará nenhuma interferência na ictiofauna e mamíferos marinhos.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária no dia 16 de novembro de 2018, delibera:

1. Manifestar o seu agradecimento aos cidadãos individuais e organizados em movimentos, pelo trabalho de cidadania que têm desenvolvido no alargamento dos pontos de vista sobre esta situação.
2. Solicitar às entidades competentes a suspensão dos trabalhos, em virtude das implicações ecológicas, socioeconómicas e de segurança dos mesmos.
3. Solicitar a promoção de mais sessões de esclarecimento acerca do tema, em datas anunciadas com a devida antecedência e a horas e em locais que fomentem a participação da população.

Setúbal, 15 de Novembro de 2018

A Deputada Municipal do Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Suzel Costa



Os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda (BE)

Vítor Rosa



Francisco Sousa

Remeter a:

Ministro do Ambiente, Ministro do Mar, Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Presidente da Administração do Porto de Setúbal e aos Movimentos cívicos: SOS SADO, Arrábida de Luto, Clube da Arrábida e Sado de Luto